

Centrais de Abastecimento de Campinas S.A.
CEASA

Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA

Demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 3 - 4

Notas explicativas às demonstrações financeiras 5 - 25

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores das Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA Campinas- SP

Examinamos as demonstrações financeiras das Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira das Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

As transações com partes relacionadas são realizadas em condições definidas entre elas. Portanto, caso fossem realizadas em condições normais de mercado, os resultados das operações poderiam ser diferentes. Entre essas operações, o Convênio Programa de Alimentação Escolar, sendo de sua responsabilidade o

abastecimento e distribuição de alimentos, chamamos a atenção para o risco fiscal, sendo que não temos como estimar o reflexo sobre o resultado dessa operação. Nossa opinião não contém modificação em função desse assunto.

Campinas, SP, 30 de março de 2016.

MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS – 5460/O-0 – “S” – SP
ROGER MACIEL DE OLIVEIRA
1CRC RS – 71.505/O-3– “S” - SP
Responsável Técnico

ROSANGELA PEREIRA PEIXOTO
1CRC RS 65.932/O-7- “S” – SP
Responsável Técnica

Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014

1 Contexto operacional

As Centrais de Abastecimento de Campinas S.A. - CEASA (“CEASA” ou “Companhia”) é uma sociedade de economia mista, implantada nos termos do Decreto nº 70.502, de 11 de maio de 1972, cuja gestão, a partir de 12 de dezembro de 1989, compete à Prefeitura de Campinas, nos termos da Lei Municipal nº 6.111, de 1º de novembro de 1989. A Companhia tem sua sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 140,5 - SP 065 - Pista Norte - Barão Geraldo - Campinas - SP, e mantém em funcionamento uma filial situada no mesmo endereço da sua sede.

A CEASA tem como principal objeto a constituição, instalação, administração, autorização de uso de área e permissão de espaço nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados, Varejões e Sacolões destinados à comercialização, distribuição e colocação de produtos hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, além dos demais serviços de apoio compatíveis com suas finalidades.

A CEASA executa por meio de termo de cooperação assinado com a Prefeitura de Campinas o programa de segurança alimentar e nutricional Banco de alimentos que tem por finalidade a arrecadação de alimentos não perecíveis em indústrias, supermercados, empresas e eventos. Através da Secretaria Municipal de Cidadania, Inclusão Social e Assistência são cadastradas 105 entidades assistenciais¹ da cidade. Todas as doações que chegam ao Banco de Alimentos passam por uma análise técnica e depois são distribuídas, também são atendidos outros pedidos em caráter de urgência conforme a demanda da secretaria, incluindo os abrigos municipais e outros projetos sociais. Esse programa tem atendido aproximadamente 45.000 pessoas mensalmente¹. Além disso, o órgão visa conscientizar a sociedade desenvolvendo atividades educativas sobre técnicas nutricionais, de combate ao desperdício e higiene e manipulação de alimentos.

A Companhia administra o convênio “Programa Municipal de Alimentação Escolar” da Prefeitura de Campinas, que tem por finalidade a segurança alimentar da população escolar do município. A operacionalização do Programa requer planejamento, tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo, para aquisição e distribuição dos gêneros alimentícios que são utilizados na confecção dos cardápios semanais referentes às merendas das 617 escolas¹, municipais, estaduais e núcleos, localizados no município, conforme quadro abaixo:

¹ Informação não auditada.

UNIDADES ESCOLARES ATENDIDAS EM 2015 POR TIPO DE ENSINO 617

CEI (CEMEI, EMEI), EMEF são Escolas Municipais = 182

TIPO DE ENSINO	QUANTIDADE DE UNIDADES
CEI (NAVE MÃE)	21
CEI (CEMEI / EMEI)	141
EMEF	41
ESTADUAIS	164
NÚCLEOS	66
ENTIDADES	44
OUTROS*	1
UEF/EJA/FUMEC	139
TOTAL	617

*Escola de Musica e Fanfarra Municipal

Com o intuito de atender as necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, formando e recuperando hábitos alimentares saudáveis, através de uma alimentação de qualidade e adequados à faixa etária e condições sócio econômicas, disponibilizamos 17 tipos de cardápios para as unidades. Realizamos controle de normas técnicas e higiênico-sanitária através de visitas realizadas pela equipe técnica do Ceasa. São, em média, 258 mil refeições¹ por dia, priorizando os alimentos in natura com mais frutas, verduras e legumes conforme quadro abaixo:

REFEIÇÕES SERVIDAS EM 2015 POR TIPO DE ENSINO

TIPO DE ENSINO	TOTAL ANUAL*	MÉDIA MENSAL	MÉDIA DIÁRIA
CEI (NAVE MÃE)	5.169.252	469.932	24.757
CEI (CEMEI / EMEI)	13.441.769	1.221.979	64.286
ENTIDADE	5.027.011	457.001	24.062
EE FUNDAMENTAL/EE MÉDIO	18.817.502	1.710.682	90.149
EMEF	7.891.037	717.367	37.442
UEF / EJA	569.327	51.757	2.723
NÚCLEO	3.060.948	278.268	14.564
OUTROS	50.721	4.611	234
TOTAL EM 2015	54.027.567	4.911.597	258.217

*200 Dias Letivos

O Mercado Permanente de Flores e Plantas Ornamentais da Ceasa-Campinas movimentou no ano de 2015 em toneladas, 62.303 contra 63.000 em 2014, apresentando uma redução de 1,11%. O valor financeiro, em reais, movimentado em 2015 foi de R\$ 176.689.770,52 contra R\$ 169.895.877,96 em 2014, apresentando um acréscimo de 4%.

O Mercado de Hortifrúti da Ceasa-Campinas por sua vez, apresentou, no exercício de 2015, volume físico comercializado, da ordem de 608.209 toneladas e 540.000 toneladas em 2014, resultando um aumento no volume de 12,63%. A comercialização do Mercado de Hortifrutigranjeiros da Ceasa-Campinas no exercício de 2015 foi de R\$ 1.380.074.685,00 e comparado ao exercício de 2014 no valor de R\$ 1.054.085.706,02, obteve um acréscimo de 30,93%.

O ISA - Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação, com apoio da Ceasa e da Assoceasa, arrecada doações de frutas, verduras e legumes dos permissionários, depois seleciona, higieniza e distribui. As doações de hortifrúti dos permissionários da CEASA somam no ano 2.666,76 toneladas¹ em média e beneficiam cerca de 12.500 famílias¹ em mais de 80 pontos de distribuição¹.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade com relação às normas CPC

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), conforme pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações de resultados abrangentes não estão sendo apresentadas por não haver valores a serem apresentados sob esse conceito. Dessa forma, o resultado do exercício é igual ao resultado abrangente total. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 30 de março de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem: (i) a determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados e ativos intangíveis; (ii) a provisão para créditos de liquidação duvidosa; (iii) a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis; (iv) o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos; e (v) a provisão para contingências vinculadas a processo judiciais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido as imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

¹ Informação não auditada

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras respeitando as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

Os principais instrumentos financeiros ativos da Companhia em 31 de dezembro de 2015 são disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediata.

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data em que foram originados.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retirada nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo individual.

ii. Ativos financeiros registrados pelo valor justo

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

iii. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

iv. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes (permissionários) são registradas pelos seus valores presentes, quando aplicável, e deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, a qual foi constituída pela Administração em montante considerado suficiente para cobrir as eventuais perdas na sua realização, utilizando como critério a análise individualizada de cada permissionário.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido e são avaliados ao custo médio de aquisição, deduzidos de provisão (quando aplicável) para refletir o valor realizável líquido.

e. Investimentos

São avaliados pelo método de custo de aquisição, reduzido mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização.

f. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

A Companhia optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, deduzido dos efeitos fiscais. Desde a sua adoção em 2010 a Companhia vem apresentando prejuízo contábil devido ao valor relevante da depreciação anual.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados, a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de componente. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Vida útil

• Edificações	15 a 45 anos
• Instalações	10 anos
• Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
• Urbanizações	10 a 25 anos
• Computadores e periféricos	5 anos
• Móveis e utensílios	10 anos
• Veículos	4 a 5 anos
• Outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

g. Ativos intangíveis

i. Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumulada. É composto basicamente por direito de uso de *softwares*.

ii. Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico ao quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

iii. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para os direitos de uso de *softwares* é de 5 anos.

h. Redução ao valor recuperável

i. Ativos não financeiros

Os bens do imobilizado e os ativos intangíveis, têm em seu valor recuperável testado no mínimo anualmente, ou sempre que há indicadores de perda de valor. Quando o valor contábil de referidos ativos ultrapassa seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o seu valor líquido de venda, essa diferença é reconhecida no resultado do exercício.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não houve necessidade de constituir provisão para redução dos ativos ao seu valor recuperável.

ii. Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado, quando aplicável, é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação já constituída ou ainda não formalizada, apresentada como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Benefícios a empregados

i. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k. Receita operacional

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

i. Permissão de uso - CEASA

Consistem nas receitas de tarifas (aluguéis) derivadas da permissão de áreas nas Centrais de Abastecimento, Horto Mercados e Varejões.

ii. Convênio - Prefeitura de Campinas

Consiste nos repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para cobrir os custos com os Convênios Programa de Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos.

l. Tributação

i. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Tributos indiretos

As receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados e receitas financeiras estão sujeitas aos impostos e contribuições pelas seguintes alíquotas básicas:

(a) Receitas de vendas dos produtos e dos serviços prestados:

- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,6%.

(b) Receitas financeiras:

- Contribuição para Programa de Integração Social (PIS): 0,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 4%.

Esses tributos são apresentados como deduções das vendas e receitas financeiras na demonstração do resultado.

4 Gerenciamento de risco financeiro

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de Crédito
- Risco de Mercado

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros não derivativos cujos riscos são

administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controle de limites de exposição a estes. As operações estão, substancialmente, registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender às suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito, de moeda e de taxa de juros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionário e efetua aplicações somente em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, em a que há possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos avindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimentos e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

5 Caixa e equivalentes de caixa (em milhares de reais)

	2015	2014
Caixa e Bancos	126	14
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	<u>8.769</u>	<u>10.788</u>
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	<u>8.895</u>	<u>10.802</u>

As aplicações financeiras referem-se a fundos de investimentos de renda fixa (CDI), possuem liquidez imediata, a qualquer momento podem ser resgatadas, dependendo simplesmente da necessidade de caixa da Companhia.

Fundos de Investimento Diários, resgate e aplicação automáticos.

6 Contas a receber (em milhares de reais)

	2015	2014
Partes relacionadas (nota 7)	2.942	-
Permissionários a receber	<u>914</u>	<u>931</u>
	<u>3.856</u>	<u>931</u>

Aging list (Permissionários a receber)

2015	2014
-------------	-------------

A vencer	432	379
Vencidos de 1 a 30 dias	261	245
Vencidos de 31 a 60 dias	123	105
Vencidos de 61 a 90 dias	33	50
Vencidos a mais de 90 dias	<u>65</u>	<u>152</u>
	<u>914</u>	<u>931</u>

7 Transações com partes relacionadas (em milhares de reais)

A parte controladora final é Prefeitura Municipal de Campinas (“PMC”).

Segue-se resumo das transações com empresas ligadas:

	Prefeitura do Município de Campinas	
	2015	2014
Ativo circulante		
Convênio - Programa de alimentação escolar (a)	2.942	-
Convênio - Banco de alimentos (b)	-	-
	<u>2.942</u>	=
Passivo circulante		
Convênio - Programa de alimentação escolar	-	2.580
Convênio - Banco de Alimentos	<u>209</u>	<u>61</u>
	<u>209</u>	<u>2.641</u>
	Nota	
	2015	2014
Repasse - PMC		
Convênio - Programa de alimentação escolar (a)	52.458	42.618
Convênio - Banco de alimentos (b)	<u>634</u>	<u>665</u>
	<u>53.092</u>	<u>43.283</u>
Despesas/custos		
Convênio - Programa de alimentação escolar (a)	(52.428)	(42.618)
Convênio - Banco de alimentos (b)	(632)	(665)
	<u>(53.060)</u>	<u>(43.283)</u>

As transações com partes relacionadas são realizadas nas condições descritas abaixo.

a. Programa de Alimentação Escolar

Refere-se a valores a receber decorrentes dos custos do abastecimento e distribuição dos alimentos nas escolas públicas do município de Campinas.

b. Convênio Banco de Alimentos

Refere-se a valores a receber decorrentes dos custos para execução do convênio Banco Municipal de Alimentos.

Remuneração da Administração

Em 2015, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Direção, Conselho Fiscal e o Conselho de Administração da Companhia, totalizou R\$ 706 e R\$ 686 em 2014, e inclui salários e honorários.

8 Estoques, Impostos a Recuperar, Despesas Antecipadas e Outros Créditos

(em milhares de reais)

Estoques:

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia apresentava um saldo de estoque de pequenos materiais de uso operacional no valor de R\$ 169 e R\$ 121 em 2014.

	2015	2014
Gêneros alimentícios - Programa de Alimentação Escolar	-	-
Material para consumo próprio da CEASA	<u>169</u>	<u>121</u>
	<u>169</u>	<u>121</u>

Impostos a Recuperar:

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia apresentava saldo de impostos a recuperar referente retenções na fonte e valores pagos a maior em exercícios anteriores. Estes valores são utilizados nos exercício subsequentes de acordo com a dinâmica de apuração de impostos com base no lucro real. Em 2015 o saldo da conta referente IRPJ/CSLL/PIS/COFINS a recuperar era de R\$ 476 e R\$ 362 em 2014.

Para que a situação patrimonial da companhia fique de acordo com a realidade econômica fazemos as atualizações monetárias mensalmente utilizando a taxa Selic como base.

Despesas Antecipadas:

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia apresentava saldo de seguros e assinaturas a amortizar no valor de R\$ 68 e R\$ 6 em 2014.

Outros Créditos:

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia apresentava saldo de adiantamento de férias a serem reembolsadas

no exercício subsequente no valor de R\$ 285 e R\$ 142 em 2014.

9 Imobilizado (em milhares de reais)

	Edificações	Terrenos	Urbanizações	Instalações	Máquinas, equipamentos e ferramentas	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Veículos	Obras em andamento	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014											
Líquido	90.650	40.326	11.472	783	346	455	54	178	217	127	144.608
Movimentação											
Adições	-	-	-	149	9	223	21	310	494	11	1.217
Baixas	-	-	-	-	(23)	(79)	(10)	(2)	-	(6)	(120)
Depreciação	(4.076)	-	(752)	(158)	(113)	(127)	(11)	(122)	-	(31)	(5.390)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	18	79	9	2	-	4	112
Saldos em 31 de dezembro de 2014											
Custo ou custo atribuído	110.713	40.326	15.534	1.702	1.553	1.373	198	913	711	318	173.341
(-) Depreciação acumulada	(24.139)	-	(4.814)	(928)	(1.316)	(822)	(135)	(547)	-	(213)	(32.914)
Líquido	86.574	40.326	10.720	774	237	551	63	366	711	105	140.427
Movimentação											
Adições	123	-	-	6	49	76	46	-	8	2	310
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Depreciação	(4.080)	-	(752)	(163)	(90)	(158)	(20)	(124)	-	(32)	(5.418)
Baixas de depreciação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Saldos em 31 de dezembro de 2015											
Custo ou custo atribuído	110.836	40.326	15.534	1.708	1.602	1.385	244	912	719	320	173.586
(-) Depreciação acumulada	(28.219)	-	(5.566)	(1.091)	(1.406)	(980)	(155)	(669)	0	(245)	(38.331)
Líquido	82.617	40.326	9.968	617	196	405	89	243	719	75	135.255

(*) Em 2015, referem-se a benfeitorias nos Mercados, Horto Shopping Ouro Verde e Horto Mercado Miguel Vicente Cury.

a. Ajustes de avaliação patrimonial (em milhares de reais)

Em 1º de dezembro de 2010, foi emitido o laudo de avaliação pela empresa E. Cunha Consultoria Empresarial Ltda., tendo como data-base o mês de dezembro de 2010.

O referido laudo foi aprovado pela Assembleia de Acionistas em 29 de dezembro de 2010. O resultado dessa avaliação está a seguir demonstrado:

	Valor avaliado	Valor contábil líquido	Mais-valia em 01/12/10	Efeito de 2010	Mais-valia em 01/01/10
Edificações	102.343	4.745	97.598	3.422	101.020
Terrenos	40.326	627	39.699	-	39.699
Urbanizações	13.790	534	13.256	629	13.885
Totais	156.459	5.906	150.553	4.051	154.604

A mais-valia foi acrescida aos saldos do imobilizado, a crédito da conta ajustes de avaliação patrimonial integrante do patrimônio líquido da Companhia. O valor avaliado das edificações e urbanizações passou a ser depreciado pela sua vida útil e econômica remanescente estimada, conforme taxas de depreciação indicadas pelo perito responsável, no laudo de avaliação. Desde então a Companhia passou a apresentar prejuízo contábil devido ao valor relevante da depreciação anual (**nota 14b**).

10 Intangível (em milhares de reais)

Direito Uso Marcas e Patentes*

	2015	2014
Saldo no início do exercício		
Custo	<u>218</u>	272
(-) Amortização acumulada	(121)	(215)
Saldo no início do exercício, líquido	<u>97</u>	<u>57</u>
Adições	5	10
Baixas	-	-
Amortização	(2)	(19)
Baixas de amortização	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldo no final do exercício		
Custo	223	282
(-) Amortização acumulada	(123)	<u>(234)</u>
Saldo no final do exercício, líquido	<u>100</u>	<u>48</u>

* Refere-se a licenças de uso de software e Marcas e Patentes para a Companhia.

11 Fornecedores (em milhares de reais)

	2015	2014
Convênio - Programa de Alimentação Escolar	3.548	2.735
CEASA - Permissão de Uso	1.853	1.281
Convênio - Banco Municipal de Alimentos	11	10
	<u>5.412</u>	<u>4.026</u>

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia apresentava saldo de fornecedores a pagar no valor de R\$ 5.412 e R\$ 4.026 em 2014. Este saldo foi satisfeito no exercício subsequente de acordo com a ordem cronológica de pagamentos.

12 Impostos, salários e encargos sociais (em milhares de reais)

Impostos:

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia apresentava saldo de impostos a recolher no valor de R\$ 1.347 e R\$ 980 em 2014. Este saldo se refere a PIS/COFINS sobre faturamento, IRRF sobre folha de pagamento e retenções sobre notas fiscais de terceiros. O recolhimento foi realizado no exercício subsequente de acordo com os respectivos vencimentos.

Salários e encargos sociais	2015	2014
-----------------------------	------	------

Provisão para férias e rescisão	1.634	1.407
Encargos com INSS	311	290
Encargos com FGTS	105	87
Outros	=	=
	<u>2.050</u>	<u>1.784</u>

Em 31 de dezembro de 2015 a companhia apresentava saldo de encargos sociais a pagar no valor de R\$ 2.050 e R\$ 1.784 em 2014. Referente INSS/FGTS a recolher, Rescisão a pagar e Provisão de Férias de Funcionários. Os pagamentos serão efetuados no exercício subsequente de acordo com os respectivos vencimentos.

13 Outras contas a pagar (em milhares de reais)

	2015	2014
Valores Terceiros - Caução	100	21
Outros (*)	<u>534</u>	<u>332</u>
	<u>634</u>	<u>353</u>

(*) Referem-se a mensalidades de associações, convênios, energia elétrica, e consignação sobre folha de pagamento.

14 Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferido (em milhares de reais)

a. Ativo fiscal diferido

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre as diferenças temporárias.

	Nota	2015	2014
Diferença temporária			
Provisão para contingências	15	234	264
(x) Alíquota combinada do IR e CSLL		<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferido	18.b	<u>80</u>	<u>90</u>

b. Passivo fiscal diferido

Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, sobre ajuste de avaliação patrimonial, constituído em 1º de dezembro de 2010, conforme descrito na nota explicativa nº 9.a.

	Nota	2015	2014
Ajuste de avaliação patrimonial			

Custo atribuído (mais valia)	9.a	154.604	154.604
(-) Depreciação acumulada (mais valia) (a)		(27.356)	(22.771)
(=) Ajuste de avaliação patrimonial - líquido		127.248	131.833
(x) Alíquota do IR e CSLL		34%	34%
Imposto de renda e contribuição social - diferido		<u>43.264</u>	<u>44.823</u>
Movimentação no exercício	18.b	<u>1.559</u>	<u>1.559</u>

A movimentação da depreciação acumulada referente ao custo atribuído no exercício de 2015 foi de R\$ 4.585 (R\$ 4.585 em 2014) **nota 9a.**

15 Depósitos judiciais e provisões (em milhares de reais)

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Companhia constituiu provisão para todos os processos judiciais em aberto, classificados como perda provável (provável em 2014), nos montantes considerados necessários para cobrir eventuais perdas que possam advir do desfecho de processos trabalhistas e cíveis em andamento.

Adicionalmente, informamos que o saldo está composto pelos valores atualizados dos processos em dezembro de 2.015.

	2015					2014		
	Perspectiva de perda				Provisão	Depósitos judiciais relacionados	Líquido	Líquido
	Remota	Possível	Provável	Total				
Trabalhistas - CEASA	13.664	2.114	6	15.784	6	(244)	(238)	(83)
Trabalhistas - Terceiros	136	5.234	107	5.478	108	(50)	58	60
Cíveis	<u>118</u>	<u>92</u>	<u>120</u>	<u>331</u>	<u>120</u>	<u>(14)</u>	<u>106</u>	<u>125</u>
	<u>13.918</u>	<u>7.440</u>	<u>233</u>	<u>21.593</u>	<u>234</u>	<u>(308)</u>	<u>(74)</u>	<u>102</u>

A movimentação da provisão pode ser assim demonstrada:

	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	149	108	257
Provisões constituídas durante o exercício	-	34	34
Provisões revertidas durante o exercício	(27)	-	(27)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>122</u>	<u>142</u>	<u>264</u>
Provisões constituídas durante o exercício	6	6	12
Provisões revertidas durante o exercício	(14)	(28)	(42)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>114</u>	<u>120</u>	<u>234</u>

A movimentação dos depósitos judiciais pode ser assim demonstrada:

	Ativo não circulante			Passivo não circulante (depósitos judiciais relacionados a provisões para contingências)		
	Trabalhistas	Cíveis	Total	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	<u>18</u>	-	<u>18</u>	<u>95</u>	<u>8</u>	<u>103</u>
Baixas	(7)	-	(7)	(151)	(8)	(159)
Reclassificação/Atualização	<u>142</u>	<u>9</u>	<u>151</u>	<u>56</u>	-	<u>56</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014	<u>153</u>	<u>9</u>	<u>162</u>	=	=	=
Baixas	(21)	-	(21)	-	-	-
Reclassificação/Atualização	<u>162</u>	<u>5</u>	<u>167</u>	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>294</u>	<u>14</u>	<u>308</u>	=	=	=

a. Trabalhistas - CEASA

O saldo é representado substancialmente por processos movidos por ex-funcionários da Companhia, que pleiteiam verbas de natureza trabalhista e indenizatória, como estabilidade no emprego, dano moral, entre outras.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu as provisões para contingências por haver discussões classificadas como de perda provável no valor de R\$ 6. Havia R\$ 244 em depósitos judiciais relacionados a discussões de perdas possíveis, R\$ 90 em 2014.

b. Trabalhistas - Terceirizadas/ Indenizações judiciais a pagar

O saldo é representado substancialmente por processos movidos contra empresas prestadoras de serviços contratadas pela Companhia, que responde subsidiariamente.

Devido à sentença desfavorável, referente aos processos mais antigos, os consultores jurídicos da Companhia vêm sugerindo acordos judiciais com os reclamantes. Esses acordos estão sendo aceitos e, em média, proporcionam desembolsos em torno de 80% do valor das causas. Para os processos mais novos, praticamente em todas as discussões, os processos estão classificados como perda possível, devido a força tarefa e acompanhamento intensivo dos processos, além da Administração tomar medidas de precaução quanto aos contratos de terceiros. A Administração adota como prática a reversão da provisão relacionada ao processo objeto do acordo, registrando no mesmo instante a despesa com indenizações trabalhistas judiciais que serão liquidadas conforme cronograma de datas especificado nas atas dos acordos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável (provável em 2014), no montante de R\$ 108 (R\$ 122 em 2014), para as quais havia R\$ 50 (R\$ 63 em 2014) em depósitos judiciais relacionados.

c. Cíveis

Em sua maioria, refere-se a processos movidos por ex-permissionários que questionam as tarifas que eram cobradas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia reconheceu como provisões para contingências aquelas discussões classificadas como de perda provável (provável em 2014), no montante de R\$ 120 (R\$ 142 em 2014), para as quais havia R\$ 14 (R\$ 9 em 2014) em depósitos judiciais relacionados.

Para que a situação patrimonial da companhia fique de acordo com a realidade econômica, em 2015 foram adotadas as atualizações monetárias mensalmente, visto que podem gerar distorções no resultado no futuro, principalmente se o valor for relevante.

Em 31 de dezembro de 2015, não tem saldo a pagar referente acordo judicial e 2014 um saldo de R\$ 51.

16 Patrimônio líquido (em milhares de reais)

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015, o capital social da Companhia é composto por 856.222.316 ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, distribuídas como segue:

	Quantidade de quotas	%
Prefeitura Municipal de Campinas	856.221.446	99,9999
Outros	<u>870</u>	<u>0,0001</u>
	<u>856.222.316</u>	<u>100,00</u>

b. Retenção de lucros

O saldo remanescente dos lucros acumulados em 31 de dezembro de 2015 no valor de R\$ 1.457 e R\$ 1.470 de lucros em 2014, compõe o saldo da conta reserva de lucros e integrará a proposta de destinação de resultados a ser deliberado pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas, como retenção de lucros, em linha com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

c. Ajuste de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo decorre do fato de a Companhia ter registrado, com base em laudo de avaliação de especialista, o custo atribuído de seu ativo imobilizado conforme descrito na Nota Explicativa nº 9. A contrapartida da avaliação positiva foi registrada diretamente no patrimônio líquido, líquido dos reflexos tributários (Nota Explicativa nº 14.b), como ajuste de avaliação patrimonial.

17 Benefícios a empregados (em milhares de reais)

A Companhia não possui planos de previdência privada caracterizados como plano de benefício definido. A Companhia fornece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, assistência odontológica, cartão vale alimentação, cartão vale refeição, vale transporte, formação profissional e uniforme. No exercício de 2015 os benefícios acima representaram a aplicação de R\$ 2.378 (R\$ 2.039 em 2014), correspondentes respectivamente, 3,61% e 3,67%, de sua receita operacional líquida.

18 Provisão para imposto de renda e contribuição social (em milhares de reais)

a. Corrente

	2015			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Prejuízo antes dos impostos	(2.432)	(2.432)		(2.555)	(2.555)	
(+) Adições						
Permanentes	4.997	4.829		4.950	4.812	
Temporárias	619	619		563	563	
(-) Exclusões						
Permanentes	(543)	(543)		(343)	(343)	
Lucro real/base de cálculo da CSLL	2.454	2.472		2.458	2.477	
Compensação de prejuízo fiscal - 30% sobre lucro real	(248)	-		(737)	-	
Compensação de base negativa - 30% sobre saldo negativo	-	(396)		-	(743)	
Lucro Real/base de cálculo da CSLL após compensação de prejuízos fiscais	2.206	2.076		1.721	1.734	
Imposto de renda - alíquota 15% + adicional 10% (R\$ 90)	(527)	-		(406)	-	
Contribuição social - alíquota 9%	-	(187)		-	(156)	
Outras compensações	-	-		-	-	
Total do imposto de renda e contribuição social	(527)	(187)	(714)	(406)	(156)	(562)

b. Diferido

	Nota	2015	2014
Diferenças temporárias movimento período	14.a	(10)	2
Realização do custo atribuído (<i>deemed cost</i>)	14.b	<u>1.559</u>	<u>1.559</u>
		<u>1.549</u>	<u>1.561</u>

Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possuía saldo de prejuízo fiscal, porém, beneficiou-se do saldo remanescente de R\$ 248 do exercício de 2014. Em 31 de dezembro de 2015 não havia saldo referente a base fiscal de contribuição social sobre o lucro líquido, porém, beneficiou-se do saldo remanescente da base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 396 do exercício de 2014.

A Companhia não efetuou a provisão de Imposto de renda e Contribuição social diferido sobre o prejuízo fiscal devido ao fato de não haver histórico de rentabilidade. Em 2015 e 2014 a Companhia constituiu tributos diferidos sobre as diferenças temporárias.

19 Receita operacional líquida (em milhares de reais)

	2015	2014
Receita operacional bruta		
Prestação de serviços - Permissão de uso - CEASA	14.213	13.467
Repasse de convênios - Prefeitura de Campinas (nota 7)	<u>53.092</u>	<u>43.283</u>
	67.305	56.750
Impostos	(1.365)	(1.246)
Devoluções e cancelamentos	(-)	(-)
Receita operacional líquida	<u>65.940</u>	<u>55.504</u>

Em 2015 a companhia registrou receita líquida de R\$ 65.940 (R\$ 55.504 em 2014), onde 21,11% refere-se a permissionamento de área e 78,89% refere-se aos repasses da Prefeitura Municipal de Campinas para operacionalização dos convênios da Alimentação Escolar e Banco Municipal de Alimentos.

20 Despesas administrativas (em milhares de reais)

	2015	2014
Despesas líquidas de pessoal	(6.600)	(6.436)
Despesas líquidas de serviços	(4.081)	(2.988)
Despesas líquidas de material de consumo	(399)	(251)
Despesas líquidas tributárias	(190)	(237)
Despesas líquidas administrativas	(214)	(386)
Reversões (constituição) de provisões	<u>(52)</u>	<u>(91)</u>
	<u>(11.536)</u>	<u>(10.389)</u>

Em 2015 a companhia registrou despesas administrativas no valor de R\$ 11.536 e R\$ 10.389 em 2014.

21 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A Companhia já contratou empresa especializada em implantação de combate a incêndio, com o objetivo de contratar o seguro predial, mas devido à complexidade do processo, tamanho e dinamismo do mercado além, de estar obrigada a atender a Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. Apesar dos esforços da administração, em 2015 a Companhia não teve sucesso na contratação de empresa de seguros.

22 Demonstração do EBITDA (em milhares de reais)

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos diretos, depreciações e amortizações) é utilizado como indicador para aferição do desempenho econômico-financeiro.

Esse indicador não é medida prevista nas normas contábeis brasileiras e não faz parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente não foi analisada pelos nossos auditores independentes. Adicionalmente, esse indicador não deve ser analisado isoladamente, deve ser avaliado em conjunto com as demonstrações financeiras, as quais são apuradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Abaixo, está demonstrada a apuração do EBITDA da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014:

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(1.568)	(1.556)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	685	562
Imposto de renda e contribuição social - diferido	(1.549)	(1.561)
Depreciação/amortização	<u>5.426</u>	<u>5.410</u>
EBITDA	<u>2.994</u>	<u>2.855</u>

23 Instrumentos financeiros e riscos operacionais (em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os instrumentos financeiros registrados no balanço estão representados principalmente pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, fornecedores, outros créditos e demais contas a pagar, que estão atualizados monetariamente, conforme descrito a seguir. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros na forma de derivativos, hedges ou similares.

Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

	2015	2014
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e equivalente de caixa (nota 5)	8.895	10.802
Contas a receber (nota 6)	914	931
Outros créditos (circulante e não circulante)	285	142
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores (nota 11)	5.412	4.026
Transações com partes relacionadas (não circulante) (nota 7)	209	2.640
Demais contas a pagar (nota 13)	634	353

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

Risco de crédito

Advém da possibilidade de a Companhia não receber os valores decorrentes de operações de vendas (permissão de uso) e de operações com instituições financeiras. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes para sua aceitação como permissionários e efetua aplicações financeiras somente em instituições financeiras de primeira linha.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus ativos no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a Companhia adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (como fundos de investimento e CDI), e mantém acompanhamento permanente do mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra risco de volatilidade dessas taxas.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas pelo CDI. A análise da sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% e 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração) está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro demonstrativo da análise de sensibilidade

Operação/risco	Valores atrelados ao CDI		
	Cenário Provável	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Taxa efetiva anual da Selic no período	12,48%	12,48%	12,48%
Ativo - Aplicações financeiras	8.769	8.769	8.769
Taxa estimada de acordo com os cenários	12,48%	8,18%	16,36%
Efeito no rendimento do ativo, líquido			
Diminuição	-	(717)	(1.435)
	*	*	*

Publicado no DOE e na Folha de São Paulo/Cotidiano Campinas no dia 20 de Abril de 2016, de acordo com a Lei 6.404/76 e posteriores alterações, e os Estatutos Sociais da Companhia.